



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº45/2023

Período: 02/12/2023 a 08/12/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Governo Federal determina divulgação de dados sobre CACs e produtos controlados pelo Exército
- 2- Entrevista a trajetória do primeiro negro a comandar o órgão estratégico de defesa do espaço aéreo brasileiro
- 3- Brasil envia militares para a fronteira com a Venezuela
- 4- General da Reserva escreve sobre a capacidade de dissuasão das Forças Armadas brasileiras
- 5- Em combate à violência contra as mulheres, Câmara aprovou alteração no Código Penal Militar
- 6- Defesa pressionou por atuação da AGU em favor de militares
- 7- Marinha desativará 43 embarcações por falta de recursos financeiros
- 8- Marinha reitera que Starlink não irá obter dados militares

1- Governo Federal determina divulgação de dados sobre CACs e produtos controlados pelo Exército

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o governo federal determinou que o Exército divulgue, em um sistema eletrônico, informações sobre a fiscalização de armas de Caçadores, Atiradores e Colecionadores de Armas (CACs) e de outros produtos controlados por militares. A decisão foi tomada pela Comissão Mista de Reavaliação de Informações, em resposta a um pedido do *O Estado de S. Paulo*. O prazo estabelecido para a divulgação é de seis meses, com vencimento em maio de 2024. Atualmente, essas informações são fornecidas apenas mediante solicitação pela Lei de Acesso à Informação, mas são limitadas. O Exército alega dificuldades de acesso devido à descentralização e à manutenção de documentos em formato físico. A decisão visa aumentar a transparência nas atividades relacionadas a armas e produtos controlados pelos militares. Ainda segundo a reportagem, durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o registro de CACs facilitou o acesso à armas no Brasil, resultando em um aumento significativo no número de membros desse grupo. No entanto, as fiscalizações não acompanharam esse aumento, levando a preocupações com a segurança pública e casos de criminosos obtendo armas fraudulentamente através desse registro facilitado. O Exército afirmou que está trabalhando para disponibilizar as informações dentro do prazo estipulado, mas não foram fornecidas informações específicas sobre o grau de

detalhamento dos dados a serem divulgados. (O Estado de S. Paulo - Política - 02/12/23)

2- Entrevista destacou a trajetória do primeiro negro a comandar o órgão estratégico de defesa do espaço aéreo brasileiro

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, Luiz Cláudio Macedo Santos tornou-se o primeiro negro a liderar o órgão estratégico de defesa do espaço aéreo do Brasil, abrangendo os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Durante a entrevista para a reportagem, Macedo enfatizou a igualdade de tratamento e a valorização dos méritos individuais ao longo de sua carreira, respondendo a questionamentos sobre as dificuldades enfrentadas por negros na ascensão dentro da Força Aérea. Macedo alegou não ter vivenciado discriminação dentro das forças armadas, reconheceu a escassa representatividade de negros na instituição. Ainda segundo a matéria, o oficial ingressou na FAB em 1985, na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR), onde o principal desafio, destacado por Macedo, foi se formar como aviador, uma vez que metade das turmas não concluía o curso devido às exigências intelectuais, físicas e psicomotoras. Com 21 condecorações nacionais e uma internacional, Macedo assumiu, desde fevereiro de 2023, a liderança de um dos sete Comars criados para facilitar a gestão e as atividades operacionais no espaço aéreo brasileiro. Na prática, ele representa o Comando da Aeronáutica em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, com unidades subordinadas, como as bases aéreas de São Paulo, Santos e Campo Grande. (O Estado de S. Paulo - Bem-estar - 02/12/23)

3- Brasil anuncia o envio de militares para a fronteira com a Venezuela

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Exército brasileiro enviará 20 blindados a Pacaraima cidade brasileira no estado de Roraima que faz fronteira com a Venezuela, em resposta à aprovação da anexação de Essequibo, região da Guiana, pela Venezuela em um plebiscito no país. Os blindados, do modelo Guaicuru, sairão do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul e se somarão aos militares já posicionados em Roraima. Houve um aumento do efetivo com a mudança do Esquadrão que atua na região, com o objetivo de atuar como força de dissuasão do possível conflito. Além disso, de acordo com O Estadão, militares brasileiros também temem a instalação de uma base militar estadunidense na região, com pretensões de ajudar a Guiana em caso de deflagração do conflito. (O Estado de S. Paulo - Internacional - 05/12/23)

4- General da Reserva escreve sobre a capacidade de dissuasão das Forças Armadas brasileiras

Segundo coluna opinativa do *Correio Braziliense*, o General de Divisão da Reserva, Otávio Santana do Rêgo Barros, escreveu sobre o recente referendo promovido pelo governo da República Bolivariana da Venezuela perguntando à população sobre a disputa histórica em reaver o território conhecido como Guiana Essequibo, atualmente sob jurisdição da Guiana. O resultado foi de que a maioria dos venezuelanos autoriza o governo venezuelano a empregar esforços diplomáticos e até militares para retomar a região. Como essa disputa por território pode potencialmente atingir o Brasil, o governo brasileiro, por meio

do Ministério da Defesa, mandou reforço às “estruturas operacionais na área com recursos humanos e meios militares transferidos de outras regiões do país”. O general citou um estudo do professor Pedro Pezarat, que afirma que “o sucesso da dissuasão militar se sustenta em três colunas: ter o país capacidade militar, credibilidade de que a usará e comunicação adequada sobre suas intenções”. Baseado nisso, Barros afirmou que “a sociedade brasileira não percebe a magnitude desse desafio” pelo histórico de relativa paz — no sentido de não sofrer guerras entre Estados frequentemente. Mas apontou para a natureza cada vez mais “irascível” das relações internacionais, e que “quando as Forças Armadas brasileiras forem obrigadas a exercer seu dever maior de defesa da pátria [...] o cidadão iludido enfrentará, por fim, a angústia da realidade dos fatos.” Para o general, é necessário aumentar as capacidades das Forças Armadas em poder de dissuasão e de atuação, “ou ele não convencerá antagonistas sobre a nossa capacidade de poder militar” e de ação efetiva no caso de um conflito armado. (Correio Braziliense - Opinião - 06/12/23)

5- Em combate à violência contra as mulheres, Câmara aprovou alteração no Código Penal Militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Câmara dos Deputados aprovou, em sessão simbólica, um pacote de 14 projetos de lei que tratam do combate à violência contra as mulheres. Entre as mudanças aprovadas, está a alteração do Código Penal Militar para considerar crime comum a agressão de integrante das Forças Armadas a alguma mulher. A proposta é de autoria da ex-deputada Katia Sastre (PL-SP), que argumentou que a Justiça Militar é de “menor rigor” e que “a militar vítima de violência doméstica e familiar, assim como qualquer outra mulher, tem o direito de ver seu agressor ser julgado e condenado por um juiz independente e imparcial, livre de qualquer interferência ou subordinação à hierarquia militar”. O projeto seguirá para tramitação no Senado. (Correio Braziliense – Política – 08/12/23)

6- Defesa pressionou por atuação da AGU em favor de militares

Conforme o jornal *Folha de S. Paulo*, o Ministério da Defesa redigiu uma minuta para o decreto de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que determinou a atuação das Forças Armadas nos portos e aeroportos do Rio de Janeiro e de São Paulo para combater o tráfico de drogas e de armas e reduzir o fluxo de dinheiro movimentado por facções criminosas. A redação, sugerida por militares que integram o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, incluiu um artigo que designaria expressamente a Advocacia-Geral da União (AGU) para representar militares em possíveis inquéritos ou processos judiciais que decorressem de sua atuação na operação. De acordo com o periódico, a versão dos militares buscou contrapor a minuta redigida pelo Ministério da Justiça, que trazia pontos considerados controversos por oficiais-generais, revelando uma disputa política entre os militares e policiais federais. O objetivo dos militares com a minuta teria sido obter mais segurança jurídica, demanda que se intensificou após 2011, quando militares mataram Abraão Maximiano, de 15 anos, durante a Operação Arcanjo no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e responderam pelo crime na Justiça Comum. Representados por advogados da União, eles participaram de audiências por anos até o processo ser arquivado, sem condenação. Ainda

de acordo com o periódico, o texto proposto pelos militares garantindo a proteção da AGU chegou a ser discutido entre técnicos do governo e ministros e concluiu-se que o trecho deveria ser removido, uma vez que a legislação já permite que advogados da União representem militares acusados por crimes durante as operações. O periódico também relatou que o próprio Ministério da Defesa afirmou, em nota, que o trecho não era necessário. (Folha de S. Paulo – Política – 08/12/23)

7- Marinha desativará 43 embarcações por falta de recursos financeiros

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Marinha iniciou um programa de desativação de 43 embarcações que se estenderá até o ano de 2028. No dia 07/12/2023 ocorreu a cerimônia de aposentadoria do navio Mattoso Maia, devido a sua vida útil, ato que iniciou o referido programa. O atual comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, expressou o seu descontentamento com a ausência de verba direcionada para a Marinha, defendendo um orçamento fixo de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para a Defesa. O valor de 2% é baseado no padrão ideal estabelecido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Contudo, pesquisadores apontam que em um contexto de ausência de ameaça externa, como no caso do Brasil, o orçamento de Defesa não deveria ter como modelo países desenvolvidos e em situações geopolíticas complexas. O posicionamento da Marinha está de acordo com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que atribui ao Orçamento da União um percentual fixo para o campo da Defesa Nacional. A Marinha reiterou que, devido à idade dos navios, sua manutenção e atualização seriam financeiramente inviáveis. Entretanto, o número de embarcações a serem desligadas pode variar de acordo com as avaliações técnicas. Olsen ainda estabeleceu que a instituição teria que suspender o uso de embarcações devido à falta de verba para o combustível. (*Correio Braziliense – Política – 07/12/23*)

8- Marinha reitera que Starlink não irá obter dados militares

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Marinha tomou a decisão de utilizar a internet proveniente da Starlink, tecnologia de satélites pertencente à Space X, em embarcações da frota. Deve-se reiterar que a compra dos kits marítimos foi feita sem licitação devido às possibilidades de dispensa da mesma, prevista pela Lei nº 14133/2021. Os kits foram comprados para três embarcações, entre elas estão: Navio Aeródromo Multipropósito, Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel e Navio-Patrolha (NPa) Maracanã. Entretanto, apesar de utilizar os recursos da empresa para o auxílio da navegação e conexão marítima das embarcações, o Comando da Força Naval alegou que não iria permitir o tráfego de informações militares pelos satélites da empresa. Fabro Steibe, diretor executivo do Instituto de Tecnologia e Sociedade, pontuou que a utilização desse determinado serviço de comunicação retira do Estado brasileiro o controle sobre os dados gerados. (*O Estado de S. Paulo - Política - 07/12/23*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Isabelle Costa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar